



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

do INE

DESTAQUE

Informação à
Comunicação Social

7 de Março de 2001

Dia para os Direitos das Mulheres e para a Paz Internacional

MULHERES E HOMENS NOS ANOS 90

8 de Março

Mulheres e Homens nos Anos 90 é uma publicação de carácter temático que o INE agendou para 2001 e que procura caracterizar as recentes alterações da situação da mulher e do homem nos domínios demográfico, económico e social. É deste estudo, em fase de desenvolvimento pelo Gabinete de Estudos e Conjuntura e de disponibilização prevista até ao final do presente semestre, que se apresenta, de seguida, um conjunto de resultados que permite evidenciar a vivência das mulheres e dos homens em sociedade.

A população portuguesa registou ao longo da década de 90 um crescimento regular, revelando-se ligeiramente superior para as mulheres. O envelhecimento demográfico acentuou-se particularmente entre estas.

As proporções da população casada, viúva e divorciada subiram ligeiramente enquanto que a solteira diminuiu de forma mais significativa. A população divorciada, em particular a feminina, regista as taxas de variação mais elevadas, reflectindo as recentes alterações ao nível da família.

A maioria da população portuguesa vive em famílias constituídas por casal e com filhos. As famílias unipessoais e monoparentais são na sua maioria compostas por mulheres, devido em parte à maior longevidade de mulheres, ao maior número de recasamentos de homens e ao facto destes casarem até idades mais tardias.

As mulheres entram na parentalidade mais cedo do que os homens, no entanto, os homens têm filhos até mais tarde.

São sobretudo as mulheres que cuidam dos filhos e das tarefas domésticas, enquanto que os homens dedicam mais tempo à actividade profissional e contribuem mais para as despesas domésticas.

A maioria da população portuguesa possuía o ensino básico, tendo-se registado um aumento do nível de instrução das mulheres. A percentagem de licenciados era superior no sexo feminino.

Verificou-se um aumento das taxas de actividade, significativamente superior para as mulheres. Também as taxas de desemprego no período foram sempre mais elevadas na população feminina. A maioria dos trabalhadores por conta de outrem a receberem salário mínimo eram mulheres.

Mulheres ganham presença nos Parlamentos Nacional e Europeu.

A principal causa de morte em Portugal são as doenças do aparelho circulatório, seguidas dos tumores malignos, para ambos os sexos. Apesar do maior número de óbitos de homens por VIH, os óbitos de mulheres por esta causa de morte têm aumentado nos últimos anos. A mortalidade por tuberculose também registou um ligeiro acréscimo nas mulheres. Estas têm uma esperança de vida mais longa que os homens vivendo em média mais 7 anos.

O número de mulheres envolvidas em crimes, seja na perspectiva das condenações seja na de vítimas, é sistematicamente inferior à dos homens. Contudo, nos últimos anos, a proporção de vítimas do sexo feminino tem aumentado.

Relativamente à incidência e distribuição da pobreza, ressalta que embora as mulheres pobres sejam em maior número que os homens, a pobreza entre estes está a aumentar a um ritmo muito superior fazendo com que o seu peso relativo se aproxime do das mulheres.

1. Caracterização Demográfica

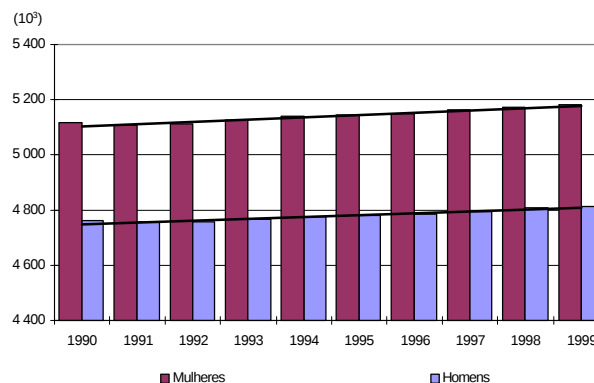
População feminina com maior crescimento que a masculina

Após o decréscimo observado de 1990 para 1991, a população portuguesa registou ao longo da década de noventa um crescimento regular: os efectivos populacionais de 5 115 740 mulheres e de 4 761 740 homens em 1990 passaram para 5 193 830 e 4 813 700, respectivamente, em 1999 (**Gráfico 1.1**).

Em termos gerais, o crescimento revela-se ligeiramente superior para as mulheres (**Quadro 1.1**).

O ligeiro aumento da natalidade e a imigração contribuíram para o reforço do crescimento populacional nos últimos anos, apresentando contudo um ritmo bastante fraco.

Gráfico 1.1 – Evolução da população residente Portugal (1990-1999)



Fonte: INE, GEC/Seds e DEDS

Quadro 1.1 – Taxas de crescimento efectivo anual da população (%) Portugal (1990-1999)

	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Mulheres	-0,12	0,06	0,29	0,21	0,09	0,14	0,24	0,22	0,18
Homens	-0,14	0,02	0,18	0,19	0,08	0,13	0,23	0,22	0,18

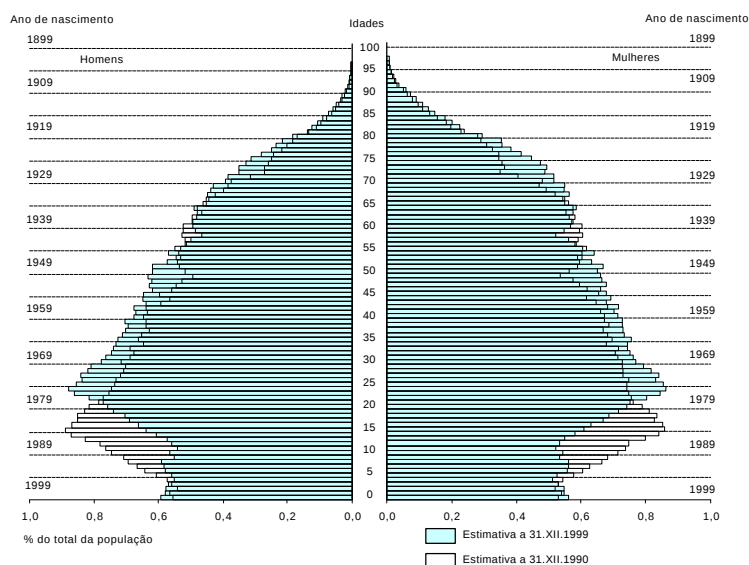
Fonte: INE, GEC/Seds e DEDS

Envelhecimento mais acentuado na população feminina

As pirâmides etárias (sobrepostas) de 1990 e 1999 revelam o contínuo processo de envelhecimento demográfico que se tem verificado em Portugal (**Gráfico 1.2**).

A população feminina dependente (dos 0 aos 14 anos e com 65 e mais anos) tem registado evoluções distintas, no sentido de um progressivo envelhecimento. Entre 1990 e 1999, o número de mulheres com menos de 15 anos teve uma redução no peso em relação à população total feminina de 18,9% para 15,7%, enquanto que a população feminina com 65 e mais anos passou dos 15,4% para os 17,5%. No caso dos homens esta

Gráfico 1.2 – Pirâmide etária – Portugal (1990 e 1999)



Fonte: INE, GEC/Seds e DEDS

evolução foi mais lenta: os efectivos dos 0-14 anos diminuíram de 21,2% para 17,8%, enquanto que os idosos (com 65 e mais anos) aumentaram de 11,7% para 13,0%.

Em 1995, as mulheres idosas atingiram pela primeira vez uma importância relativa superior aos efectivos com menos de 15 anos face ao total da população feminina, situação que não mais se alterou desde essa data.

O índice de envelhecimento das mulheres, no período de 1990 a 1999, aumentou de 82 para 111; ou seja, por cada 100 mulheres jovens existiam, em 1999, cerca de 111 mulheres com 65 e mais anos. Esta relação não é tão acentuada nos homens, devido à maior longevidade das mulheres. Assim, e no mesmo período, o índice de envelhecimento aumentou de 55 para 73 para os homens.

O nível de dependência é superior nas mulheres

Em 1990, por cada 100 mulheres em idade activa existiam 29 jovens e 23 idosas; no último ano em análise o rácio diminuiu para 24 no caso das jovens, tendo aumentado para 26 nas mulheres com 65 e mais anos. No que se refere aos homens, o índice de dependência de jovens desceu de 32 para 26, de 1990 para 1999, e o índice de dependência de idosos aumentou de 18 para 19 no mesmo período. Consequentemente, conclui-se que o peso da dependência total é superior nas mulheres (50 em 1999) em cerca de 5 indivíduos, reflectindo novamente a sobremortalidade masculina.

Homens casados e solteiros em número superior ao das mulheres

Em 1999 cerca de metade (49,9%) do número de mulheres residentes em Portugal eram casadas. As mulheres solteiras representavam, no mesmo ano, 34,5%, as viúvas 11,1%, e as divorciadas 2,9% as da população feminina total. No mesmo ano, os homens casados (53,6%) e solteiros (40,9%) eram em número superior ao das mulheres, situação inversa à verificada para a situação de viuvez, a qual era em número bastante inferior (2,6%), evidenciando a sobremortalidade masculina nas idades mais avançadas, e para a situação de divórcio (2,0%) (Quadros 1.2 e 1.3), traduzindo a maior facilidade na formação de nova família.

Quadro 1.2 – Evolução do peso da população feminina residente por estado civil (%) Portugal (1990-1999)

Estado Civil	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
População Solteira	37,9	37,4	36,9	36,6	36,2	35,8	35,5	35,1	34,8	34,5
População Casada *	49,1	49,3	49,5	49,6	49,7	49,8	49,8	49,9	49,9	49,9
População Viúva	10,1	10,3	10,4	10,5	10,6	10,7	10,8	10,9	11,0	11,1
População Separada	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
População Divorciada	1,3	1,5	1,6	1,8	1,9	2,1	2,2	2,4	2,6	2,9

* Inclui situação legal e de facto
Fonte: INE, GEC/Seds e DEDS

Quadro 1.3 – Evolução do peso da população masculina residente por estado civil (%) Portugal (1990-1999)

Estado Civil	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100,0	100
População Solteira	43,5	43,1	42,7	42,4	42,2	41,9	41,7	41,4	41,2	40,9
População Casada*	52,6	52,9	53,0	53,2	53,3	53,4	53,5	53,5	53,6	53,6
População Viúva	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6
População Separada	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
População Divorciada	0,6	0,7	0,9	1,0	1,1	1,3	1,4	1,6	1,8	2,0

* Inclui situação legal e de facto
Fonte: INE, GEC/Seds e DEDS

Mais mulheres divorciadas e viúvas do que homens

Entre 1990 e 1999, observam-se algumas tendências comuns a ambos os sexos: as proporções da população casada, viúva e divorciada subiram ligeiramente enquanto que a da população solteira diminuiu de forma mais acentuada. A população divorciada, em particular a feminina, regista as taxas de variação mais elevadas, com repercussões ao nível da estrutura familiar.

2. Família e Fecundidade

Homens e mulheres vivem maioritariamente em casal e com filhos

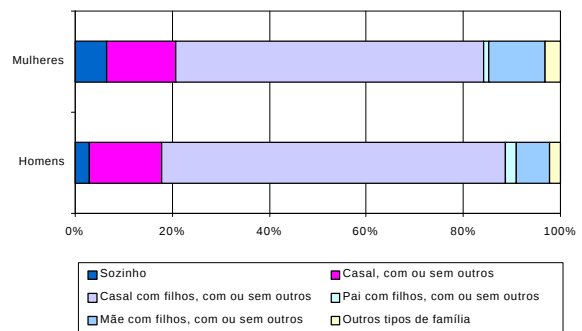
De acordo com o Inquérito ao Emprego, no ano de 1999 a maioria da população vivia com cônjuge e com filhos.

A percentagem de homens que vivem com cônjuge e com filhos (com ou sem outros parentes) é superior à de mulheres: 70,8% dos homens e 63,2% das mulheres viviam segundo aquela forma de vivência familiar (**Gráfico 2.1**). A sobrevivência masculina e o celibato feminino podem ser factores determinantes das diferentes formas de vivência familiar dos homens e das mulheres.

Famílias unipessoais são maioritariamente constituídas por mulheres idosas

Em 1999, cerca de 5% dos indivíduos viviam em agregados domésticos privados constituídos por uma pessoa, o que correspondia a cerca de 477 000 indivíduos, dos quais a maioria eram mulheres (70,8% de mulheres e 29,2% de homens). A elevada taxa de viuvez feminina, para além do menor número de recasamentos destas em relação ao dos homens, poderá estar na base daquela diferença entre os géneros.

Gráfico 2.1 – Distribuição percentual da população, segundo a forma de vivência familiar Portugal (1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

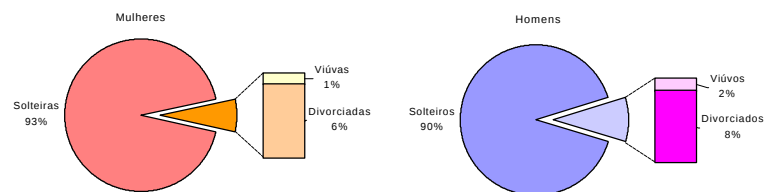
Famílias monoparentais são sobretudo compostas por mulheres com crianças

No mesmo ano, cerca de 11% da população pertencia a agregados domésticos privados de tipo monoparental: 9,3% eram compostos por mulheres com filhos e 1,5% por homens com filhos. A dissolução do casamento por divórcio com a atribuição da custódia dos filhos à mulher, poderá ser um dos factores que justificam tal diferença.

Recasamentos de homens superiores aos de mulheres

Relativamente aos casamentos celebrados em 1999, 90,6% dos homens e 92,9% das mulheres casaram pela primeira vez. 9,4% dos homens já tinham sido casados (1,5% viúvos e 7,8% divorciados) e 7,1% das mulheres também estavam nesta situação (1% de viúvas e 6,1% de divorciadas) (**Gráfico 2.2**).

Gráfico 2.2 – Casamentos celebrados, por estado civil anterior dos cônjuges Portugal (1999)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Homens recasam até idades mais tardias do que as mulheres

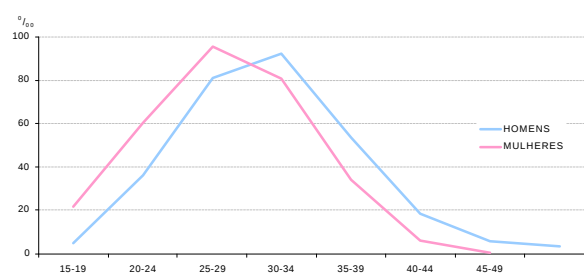
A análise do número de casamentos de viúvos e divorciados, para ambos os sexos, por idades, em 1999, revela que as mulheres recasam em percentagem superior até aos 35-39 anos, enquanto que os homens é a partir daquela idade que passam a recasar mais do que as mulheres. Concretizando, naquele ano,

20,4% das nubentes viúvas e divorciadas voltaram a casar aos 30-34 anos e 18,8% aos 35-39 anos; nos homens, estas percentagens são ligeiramente menores nestas idades, 14,9% e 16,2%, respectivamente, mas a partir daqueles grupos etários o número de homens a recasar é bastante superior ao de mulheres. De salientar que, 11,3% dos recasamentos de homens (com estado civil anterior de viúvos ou divorciados) efectuaram-se em idades superiores aos 64 anos, percentagem significativamente mais elevada à das mulheres naquela situação com a mesma idade (4,1%).

Padrões de fecundidade masculina e feminina com desfasamento de cerca de 5 anos

De acordo com a análise das curvas que sintetizam os padrões de fecundidade feminina e masculina em 1999 (**Gráfico 2.3**), observa-se uma certa similitude entre ambas, em simultâneo com um desfasamento de cerca de 5 anos entre as mulheres e os homens.

Gráfico 2.3 – Padrões de fecundidade feminina e masculina Portugal (1999)



Fonte: INE, GEC/Seds

Taxas de fecundidade precoce mais acentuadas nas mulheres do que nos homens

A entrada na parentalidade precoce, isto é, em idades abaixo dos 20 anos, é mais significativa no caso das mulheres do que nos homens. A taxa de fecundidade nas adolescentes femininas apresenta de facto valores significativos, atingindo em 1999 os 21,8 ‰. Nos homens este valor ronda os 5,0 ‰.

Homens entram na parentalidade mais tarde do que as mulheres

O pico dos nascimentos verifica-se no caso das mulheres no grupo etário dos 25-29 e no caso dos homens no grupo etário dos 30-34 anos, indiciando um adiamento da fecundidade mais acentuado no caso dos homens, conforme observado acima.

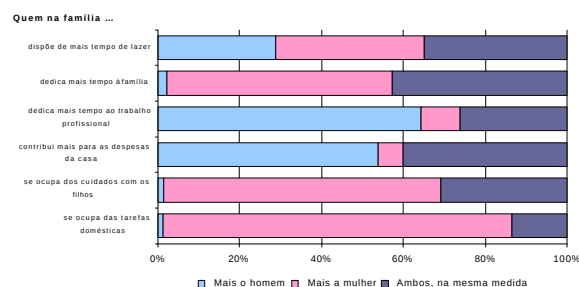
Taxas de fecundidade tardia mais significativas no caso dos homens do que no caso das mulheres

A curva da fecundidade masculina nos grupo etários acima dos 34 anos apresenta uma dimensão superior à feminina. Em idades superiores aos 40 anos, os valores são inexpressivos no caso das mulheres, contrariamente ao que acontece no caso dos homens, em que rondam os 9,6 ‰.

São sobretudo as mulheres que se ocupam das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos

Considerando os valores obtidos no Inquérito à Fecundidade e Família de 1997 (para a amostra total de mulheres e homens), existem papéis que continuam a ser associados a apenas um dos sexos. São principalmente as mulheres que se ocupam das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (**Gráfico 2.4**). Por oposição, os homens surgem como os que na família mais tempo dedicam à actividade profissional e mais contribuem para as despesas domésticas.

Gráfico 2.4 – Indicação do elemento do agregado familiar por participação em determinadas tarefas (%) Portugal (1997)

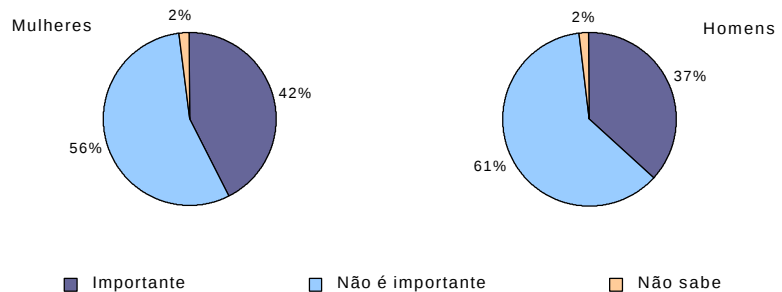


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

Decisão de ter (mais) filhos influenciada pela dificuldade de conciliação trabalho e família

São sobretudo as mulheres que consideram que a dificuldade de conciliar a vida profissional e familiar é uma razão importante para não quererem ter filhos ou mais filhos (Gráfico 2.5).

Gráfico 2.5 – Importância atribuída à conciliação da vida familiar e profissional, como motivo possível para não querer ter (mais) filhos (%) Portugal (1997)

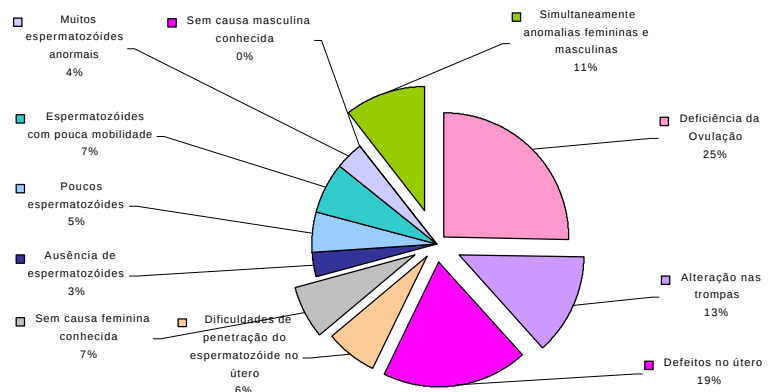


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

Cerca de 4% dos casais tentaram ter filhos sem êxito

Há ainda que considerar outros factores que de alguma forma possam estar associados ao declínio da fecundidade, como, por exemplo, os problemas de infertilidade. Segundo os dados do IFF, em 1997, cerca de 4% dos casais inquiridos já havia tentado ter filhos, sem êxito, durante mais de um ano (percentagem que será inferior à de casais inférteis). Destes, a grande maioria já havia consultado o médico, recorrendo sobretudo a especialistas. Entre os casais que conheciam os motivos porque não podiam ter filhos (Gráfico 2.6), cerca de 71% apontam anomalias exclusivamente femininas, com particular incidência nas deficiências de ovulação (25%), defeitos do útero (19%) e situações que não estão claramente identificadas (7%). Ainda cerca de 19% referem anomalias exclusivamente masculinas e 11% simultaneamente anomalias femininas e masculinas.

Gráfico 2.6 – Distribuição dos casais que conhecem os motivos porque não podem ter filhos, por tipo de anomalias (%) Portugal (1997)



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

3. Educação

Maioria das mulheres e dos homens possuem o ensino básico

Segundo dados das Estatísticas do Emprego, em 1999, estimou-se um efectivo de cerca de 5,2 milhões de mulheres residentes em Portugal, das quais 57,8% possuíam o ensino básico, 26,4% não detinham qualquer nível de instrução, 9,7% o ensino secundário, 4,1% o ensino superior universitário e 2,0% o ensino politécnico superior. Nesse ano dos cerca de 4,8 milhões de homens portugueses, 68,3% tinham

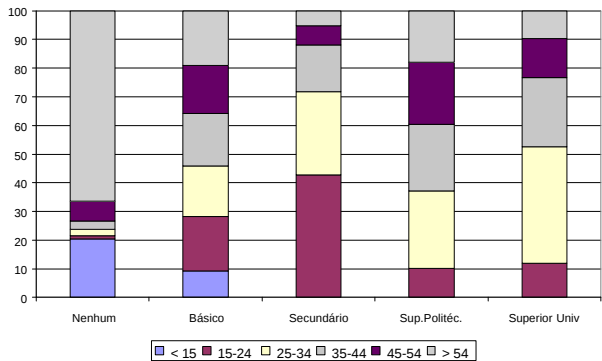
completado o ensino básico, 17,8% não tinham qualquer nível de instrução, 9,4% possuíam o ensino secundário, 3,7% o ensino superior universitário e, por último, 1,2% dos homens tinham o ensino superior politécnico.

Aumenta o nível de instrução nas mulheres

No período de 1992 a 1999, verificou-se, em termos gerais, um aumento no nível de instrução da população feminina, derivado quer ao aumento do número de mulheres possuindo o ensino básico (0,9%), o ensino secundário (29,5%), e o ensino superior (10,4%), quer à diminuição de 6,5% no número de mulheres que não possuía qualquer nível de instrução completo.

Numa análise mais exaustiva dos níveis de instrução por idades na população feminina observaram-se em 1999 alguns aspectos relevantes. Considerando as mulheres que não possuem qualquer nível de instrução, verificou-se que 66,3% tinham mais de 54 anos. Nas que completaram só o ensino básico existe uma homogeneidade na distribuição etária. Com o ensino secundário a maior parte das mulheres (42,7%) tem idades compreendidas entre 15-24 anos. Com o nível de ensino superior existe uma maior proporção de mulheres (40,6%) com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos (Gráfico 3.1).

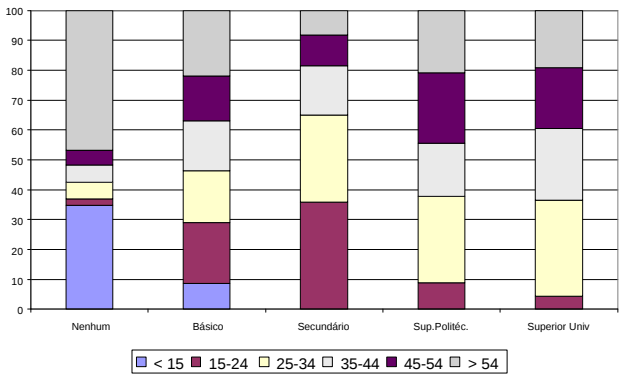
Gráfico 3.1 – Níveis de instrução da população feminina (%) Portugal (1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Para o mesmo ano, verificou-se que na população masculina sem qualquer nível de instrução, 46,7% tinham mais de 54 anos e 34,7% tinham menos de 15 anos (inclui todas as crianças a partir dos 6 anos). Nos homens com ensino básico, 21,9% tinham mais de 54 anos. Nos homens com o ensino secundário, a maior parte (35,9%) tinham entre 15 e 24 anos e 29,2% tinham entre 25 e 34 anos. Com o ensino superior universitário a maior percentagem dos homens (32,0%) tinham entre 25 e 34 anos (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2 – Níveis de instrução da população masculina (%) Portugal (1999)

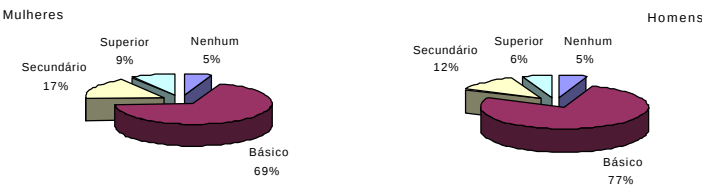


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Maior percentagem de mulheres licenciadas

Analisando, em particular, os dados referentes ao ensino superior, em 1999 cerca de 63% das mulheres possuíam ensino superior universitário (69% de homens) e 33% o ensino superior politécnico (24% de homens) (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 – Distribuição da população com ensino superior (%) Portugal (1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

4. Actividade Económica

Em 1999 a população activa portuguesa estimada foi de cerca de 5,1 milhões, dos quais 2,3 milhões eram efectivos femininos. A importância das mulheres relativamente à população activa total ¹, tem vindo a crescer continuamente na última década. Em 1992, a população feminina activa representava 44,3% da população activa total, passando para 45,4% em 1999. A proporção da população masculina em relação ao total de activos foi de 55,7% em 1992, baixando para 54,6% em 1999.

Taxa de actividade das mulheres inferior à dos homens

No período de 1992 a 1999, a taxa de actividade das mulheres indicia uma tendência de crescimento, registando o valor mínimo de 40,9% em 1992 e o valor máximo em 1999 (44,2%). Neste período, a taxa de actividade feminina aumentou 3,3 pontos percentuais, nos homens o aumento foi de apenas 1,1 pontos percentuais, o que significa que a entrada de mulheres no mercado de trabalho foi superior em relação à de homens. A taxa de actividade masculina foi de 56,2% em 1992, subindo ligeiramente para 57,3% em 1999.

Neste período, verificou-se ainda um atenuar nas diferenças entre a taxa de actividade da população masculina relativamente à feminina, a diferença de 15,3 pontos percentuais em 1992 reduziu-se para 13,1 pontos percentuais em 1999.

Nas taxas de actividade segundo o género e grupo etário, para 1999 constatou-se a existência de taxas mais elevadas nas mulheres com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos (80,5%) e nos homens entre os 35 e 44 anos (95,3%) (Gráfico 4.1).

Taxa de emprego mais elevada nos homens

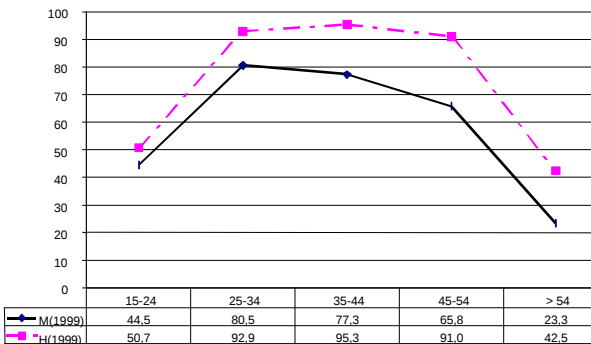
Em Portugal, o número de homens e mulheres empregados em 1999 foi cerca de 2,7 e 2,2 milhões, respectivamente. Apesar da existência de maior volume de emprego masculino, e de taxas de emprego mais elevadas, verificou-se no entanto, um maior crescimento no volume de emprego feminino, com uma taxa de variação no período 1992 a 1999 mais elevada (9,0%) do que nos homens (4,0%).

Considerando a taxa de emprego ², cujo cálculo assenta na relação do número de empregados com idades compreendidas entre os 15 e 64 anos e a população total com esta mesma idade, o valor atingido em 1999, para o sexo masculino foi de 75,5% e de 59,4% para o feminino.

Para 1999 as taxas de emprego foram mais elevadas nos homens com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos. Só a partir do grupo dos 45 e mais anos se verificou a superioridade das taxas de emprego das mulheres comparativamente às dos homens. Analisando a estrutura do emprego segundo a situação na profissão, em 1999 verificou-se uma notória superioridade no volume de empregados a trabalharem por conta de outrem (73,6% de mulheres e 71,6% de homens) em comparação com os trabalhadores a trabalhar por conta própria (19,2% de mulheres e 18,0% de homens).

¹ População Activa: conjunto de indivíduos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).
² Deve ter-se presente a diferença de cálculo com a taxa de emprego associada ao Inquérito ao Emprego.

Gráfico 4.1 – Taxas de actividade por grupo etário (%) Portugal (1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1999

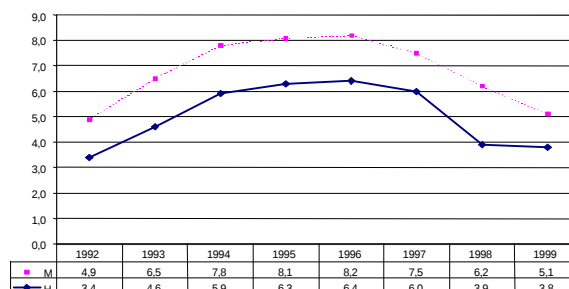
Taxas de desemprego mais elevadas nas mulheres

Em 1999, cerca de 116 mil mulheres e 106 mil homens estavam desempregados em Portugal. No período 1992 a 1999, aumentou substancialmente o número de homens e de mulheres sem emprego, com uma taxa de variação nos dois anos extremos do período mais elevada nos homens (16,9%) do que nas mulheres (11,9%).

As taxas de desemprego³ da população feminina foram sempre superiores às da masculina. No entanto, à semelhança das taxas de actividade, as diferenças têm vindo a atenuar-se no tempo. No início deste período, a diferença entre a taxa de desemprego da população feminina e da masculina foi de 1,5 pontos percentuais, enquanto que no final do período em análise, esta diferença baixou para 1,3 pontos percentuais.

Para as mulheres, a taxa de desemprego mais elevada foi atingida em 1996 (8,2%) e o valor mínimo em 1992 (4,9%), situando-se nos 5,1% em 1999. Para este mesmo ano, a taxa de desemprego masculina foi substancialmente inferior à feminina, registando o valor de 3,8 % (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 – Taxas de desemprego (%) Portugal (1992-1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

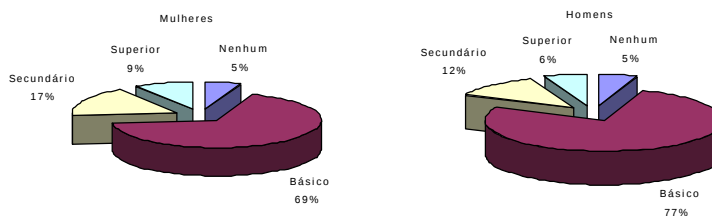
Taxas de desemprego mais altas nas mulheres jovens

Para 1999 e considerando as taxas de desemprego por grupos de idade, verificou-se que o desemprego foi maior nas mulheres e nos homens com idades entre os 15 e 24 anos, com taxas de desemprego mais elevadas do que os restantes grupos de idade: 10,8% e 7,0% respectivamente. O desemprego foi superior nas mulheres, em todos os grupos etários, com excepção do último grupo etário considerado (com 54 e mais anos).

A maioria das mulheres e homens desempregados têm o ensino básico

Em 1999, a maioria das mulheres e homens desempregados só possuíam o ensino básico: 68,3% das mulheres e 76,6% dos homens. Em segundo lugar, 17% de mulheres desempregadas tinham o ensino superior universitário (12,2% dos homens) (Gráfico 4.3).

Gráfico 4.3 – Níveis de instrução da população desempregada (%) Portugal (1997)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

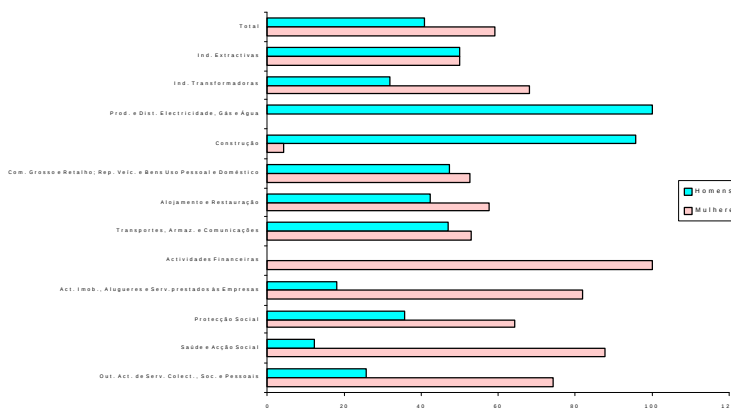
Nos desempregados com habilitações a nível do ensino superior, a maioria das mulheres, 78,5%, tinham o ensino superior universitário e 20,6% o ensino superior politécnico. Nos homens sem emprego a situação foi semelhante: 75,8% e 24,2%, respectivamente.

³ Taxa de Desemprego: relação entre a população desempregada e a activa.

A maioria dos trabalhadores por conta de outrem a receberem salário mínimo são mulheres

Entre Abril de 1993 e Outubro de 1998, de acordo com o Inquérito aos Ganhos, mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) a receberem salário mínimo eram mulheres. Fazendo uma análise por actividade económica, na última data os homens apenas representavam mais de metade dos trabalhadores nestas condições na “Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água” (100,0%) e na “Construção” (95,7%), e nas “Indústrias Extractivas” tinham igual peso que as mulheres (Gráfico 4.4).

Gráfico 4.4 – Distribuição dos trabalhadores com salário mínimo, por actividade económica (%)
Continente (Outubro 1998)



Fonte: MTS, Inquérito aos Ganhos

Saúde e Acção Social com a maior percentagem de mulheres

Em 1999, a “Saúde e Acção Social” (80,2%), as “Outras Actividades de Serviço” (75,8%) e a “Educação” (75,0%) foram as actividades económicas com as mais elevadas percentagens de empregados do sexo feminino. Analogamente, com maior percentagem de trabalhadores do sexo masculino surgem a “Pesca” (97,9%), a “Construção” (96,4%), as “Indústrias Extractivas” (93,9%) e a “Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água” (90,8%).

Actividade principal dos homens e mulheres trabalhadores exerce-se na indústria transformadora

Nos mesmo ano, em termos de volume de trabalhadores foram as “Indústrias Transformadoras” que concentraram maior número quer do sexo feminino (22,8%) quer do masculino (23,0%). Seguem-se, no caso das mulheres, a “Agricultura” (14,4%), o “Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação” (13,2%) e as “Outras Actividades de Serviço” (10,9%), e no caso dos homens, a “Construção” (19,7%), o “Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação” (15,4%) e a “Agricultura” (10,6%).

“Pessoal dos Serviços e Vendedores” é a profissão que mais caracteriza as mulheres e nos homens os “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”

Em 1999, a profissão principal que caracterizava a população feminina era o “Pessoal dos Serviços e Vendedores” com 19,2%, correspondendo as mulheres a 63,8% do total afecto a esta profissão. Na população empregada masculina destacam-se os “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” com 30,9%, representando em termos do total de empregados nesta profissão cerca de 74,2%. As “Forças Armadas” continuam a ser uma profissão tipicamente masculina: cerca de 95,1% de homens.

Mulheres ganham presença nos Parlamentos Nacional (20,9%) e Europeu (20,0%)

Ao longo da década de 90, o número de deputados dos Parlamentos Nacional e Europeu registou um aumento significativo do peso atribuído ao género feminino: no caso nacional, passou dos 8,7% em 1991 para os 20,9% em 1999; no caso europeu, dos 12,5% para os 20,0%.

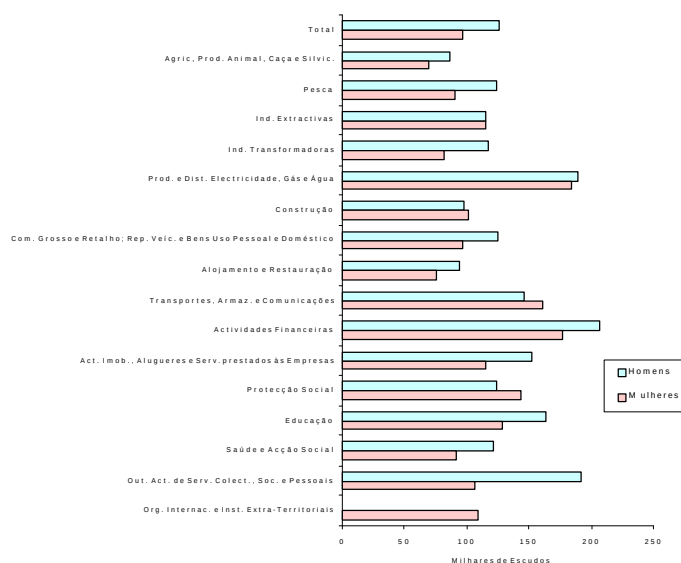
Mulheres e homens em situação semelhante perante o tipo de contrato

Entre 1992 e 1999, registou-se uma quebra de percentual de mais de 6 pontos no número de empregados de ambos os géneros com contrato permanente, situando-se nos 79,3% nas mulheres e nos 82,4% nos homens.

Mulheres com menores ganhos médios mensais por actividade

Em Outubro de 1998, as mulheres apresentaram menores ganhos médios mensais por actividade do que os homens (111,2 contos *versus* 153,8 contos), com excepção da “Protecção Social” e da “Construção”. As maiores discrepâncias verificaram-se para as “Outras Actividades de Serviço”, “Actividades Financeiras” e “Indústrias Transformadoras” com diferenças médias entre géneros de 107,0; 59,8 e 47,4 contos, respectivamente (Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5 – Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por actividade económica
Continente (Outubro 1998)



Mulheres com salários mais baixos

Fonte: MTS, Inquérito aos Ganhos

Em 1992, de acordo com os dados do IE, a maior proporção de mulheres empregadas (15,0%) auferia o escalão de salário líquido mais baixo – menos de 40 contos. Em segundo lugar, 12,3% das mulheres situavam-se, em termos remuneratórios, no escalão seguinte: 40 a 45 contos. Comparativamente com os homens empregados, a maior parte deles, isto é, 12,2% do total ganhavam um salário líquido compreendido entre os 60 e os 70 contos. No mesmo ano, e para o nível de salário mais elevado – superior a 150 contos – a proporção de mulheres relativamente ao total de empregadas atingia os 8,8%, sendo esse valor de 11,7% entre os homens.

Em 1999, a percentagem mais elevada de mulheres empregadas (22,0%) auferiu salários líquidos mensais entre 56,7 e 66 contos (escalão salarial mais elevado do que em 1992). Em segundo lugar, 10,3% das mulheres detinham salários entre 107 e 158 contos.

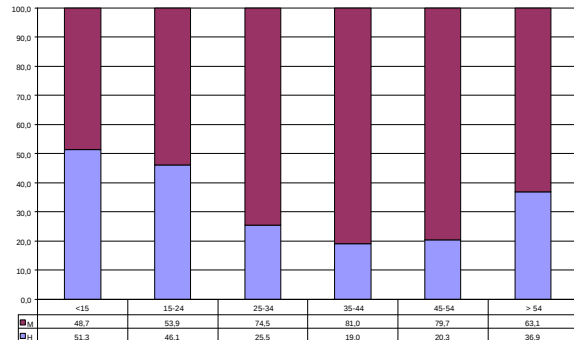
Com o escalão mais baixo de salários, ou seja, auferindo menos de 51,5 contos existiam em 1999, 9,2% de mulheres e 2,7% de homens. Relativamente ao escalão de salários mais elevados, apenas 0,4% das mulheres que trabalhavam receberam mais de 374 contos mensais, e este mesmo escalão salarial era auferido para 1,1% homens empregados.

Para o total de homens empregados, 17,9% tinham salários líquidos mensais entre 107 e 158 contos. Em segunda posição, ou seja, 11,9% dos homens receberam salários situados no escalão 76 a 86 contos.

Mais mulheres inactivas do que homens

No período de 1992 a 1999, A população inactiva feminina⁴ flutuou anualmente em torno de cerca de 3 milhões de efectivos populacionais (e de cerca de dois milhões de homens inactivos), representando em cada grupo de idade um peso superior a 50% da população inactiva total. Em 1999, a faixa etária que compreende os 35 a 44 anos, foi a que registou maior peso de efectivos femininos, representando 81% da população inactiva total neste grupo etário (nos homens foi a faixa dos menores de 15 anos) (**Gráfico 4.6**). Neste período, assistiu-se a uma quebra de 4,8% no número de mulheres inactivas e um crescimento de 1,2% no número de homens sem actividade económica.

Gráfico 4.6 – Peso da população inactiva por grupo etário (%) Portugal (1999)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 1999, as mulheres estudantes eram em maior número na população inactiva feminina, cerca de 847 mil, representando 30,3% das mulheres inactivas; em segundo lugar, posicionavam-se as reformadas (26,8%) e as domésticas (23,7%). Para o mesmo ano, a estrutura da inactividade nos homens foi a seguinte: 41,5% de estudantes, 31,0% reformados e 27,3% de outros inactivos.

5. Morbilidade, Mortalidade e Longevidade

A saúde e a mortalidade de um indivíduo são particularmente influenciadas pelas suas próprias condições de vida, ao nível da alimentação, do estilo de vida, da capacidade monetária e, ainda, em termos gerais, pela conjuntura sanitária e socio-económica do país onde esse indivíduo reside.

Em 1999 faleceram residentes em Portugal 51 692 mulheres e 56 179 homens, mais 4,3% e 5,6% que em 1990 respectivamente, mantendo-se estável a sobremortalidade masculina (cerca de 52,1% de óbitos do sexo masculino contra 47,9% do sexo feminino).

Analisando a evolução de algumas causas de morte definidas pela lista básica da CID - 9⁵, durante os anos noventa, observam-se algumas tendências que merecem realce.

Doenças do aparelho circulatório são a principal causa de morte, mas a sua importância tem vindo a diminuir

As *doenças do aparelho circulatório* mantiveram-se, em 1999, como as causas de morte mais importantes (21,2% do total de óbitos femininos contra 17,6% do total de óbitos masculinos), salientando-se, entre estas, as *doenças cerebro-vasculares* que neste mesmo ano vitimaram 12 367 mulheres e 9 250 homens, representando 11,4% do total de óbitos femininos; nos homens o peso deste

⁴ População inactiva: conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

⁵ CID - 9 : Classificação das Doenças, Traumatismos e Causas de Morte (OMS - 9ª Revisão).

agrupamento de doenças foi de 8,5%. As *doenças do aparelho circulatório* viram o seu peso no total de óbitos femininos e masculinos reduzirem-se ao longo do período em estudo.

Tumores malignos são a segunda causa de morte

Os *tumores malignos* constituíram a segunda causa de morte durante o período analisado e não têm cessado de crescer tanto para as mulheres (de 7,7% em 1990 para 8,0% em 1999) como para homens (de 9,9% em 1990 para 11,4% em 1999 do total de óbitos). Em 1999 foram vítimas desta causa de morte 8 612 mulheres e 12 322 homens.

O *tumor maligno da mama* manteve, durante o período em análise, um peso relativo que rondou os 1,4% estando relativamente estabilizado face à evolução global da mortalidade feminina (em 1990 faleceram 1 410 mulheres com cancro na mama tendo esse número aumentado ligeiramente para 1 498 em 1999).

Ligeira subida das taxas de mortalidade por tuberculose nas mulheres

Dada a importância que ultimamente a *tuberculose* tem adquirido e da sua estreita ligação com outras causas de morte, nomeadamente a sida, segue-se uma breve análise sobre esta causa de morte. Em 1990 ocorreram 210 óbitos masculinos e 64 óbitos femininos com esta causa de morte em Portugal; em 1999 estes valores foram de 204 e 84 óbitos, respectivamente. As taxas de mortalidade indiciam não só a sobremortalidade masculina como também a tendência crescente do número de óbitos provocados por esta doença (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Taxas de mortalidade pela causa de morte *Tuberculose*, por cem mil habitantes Portugal (1990-1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mulheres	1,25	1,15	0,82	1,72	1,09	1,54	1,15	0,89	1,57	1,62
Homens	4,40	4,56	3,55	5,00	3,90	4,84	4,94	5,74	5,50	4,24

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

A tendência crescente ocorrida até 1998 parece ter-se modificado. Se se incluírem os efeitos tardios da tuberculose, as taxas elevam-se a 2,1 por cem mil para mulheres e 5,4 por cem mil para homens em 1999.

Aumento mais acentuado das taxas de mortalidade por sida nas mulheres

Os óbitos motivados por *infecção por vírus humano de imunodeficiência (VIH)* aumentaram, em termos de peso relativo, de 0,02%, em 1990 para 0,17% em 1999 nas mulheres, e de 0,13% para 0,74% nos homens, embora se verifique uma pequena descida em 1998 e um aumento em 1999.

Esta doença, tradicionalmente com maior incidência no sexo masculino, tem revelado nos últimos anos um acréscimo mais forte no sexo feminino. Esta afirmação foi confirmada pela taxa de variação de óbitos entre 1990 e 1999: cerca de 430% nos homens e 850% nas mulheres, ou seja, mais de oito vezes e meia nas mulheres e mais do quádruplo nos homens (Quadro 5.2). Esta forte variação poderá ser explicada pelos diminutos casos declarados em 1990. Contrariamente ao decréscimo ocorrido entre os homens, o número registado de mulheres falecidas por sida aumentou em 1999 comparativamente ao ano anterior.

Quadro 5.2 – Taxas de mortalidade pela causa de morte *VIH*, por cem mil habitantes Portugal (1990-1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mulheres	0,35	0,65	0,98	1,27	1,91	2,86	3,73	3,04	3,31	3,53
Homens	2,83	4,35	6,83	7,90	11,57	16,79	19,22	17,02	15,08	16,57

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Considerando as taxas de mortalidade, ou seja, a relação entre o número de óbitos ocorridos com esta causa de morte e a população média do mesmo período (por cem mil habitantes), verificou-se além da sobremortalidade masculina traduzida pela superioridade das taxas de mortalidade nos homens, a subida vertiginosa destas taxas no período 1990 a 1999, com um ligeiro decréscimo em 1997 e 1998.

Taxas de suicídio em queda em ambos os géneros

Em 1999 o número de óbitos relativos aos *suicídios e lesões auto-infligidas* foi de 138 óbitos femininos e de 407 óbitos masculinos, representando 2,7% e 8,1% no conjunto de óbitos ocorridos por causas externas.

Quadro 5.3 – Taxas de mortalidade pela causa de morte *Suicídio e lesões auto-infligidas*, por cem mil habitantes Portugal (1990-1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mulheres	4,45	4,58	4,62	3,79	3,41	4,42	3,15	2,81	2,69	2,66
Homens	13,47	14,88	13,25	12,31	12,31	12,19	10,27	10,09	8,63	8,46

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

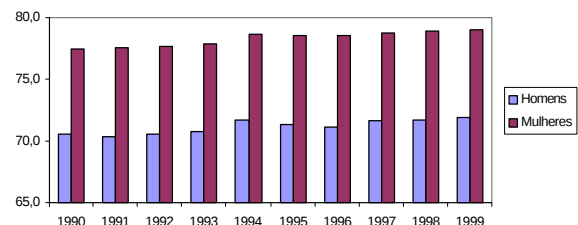
Em 1999, as taxas de mortalidade calculadas para esta causa de morte mostram que em cada cem mil mulheres suicidaram-se cerca de três; em cada cem mil homens suicidaram-se nove indivíduos. Em 1990 as taxas de suicídio foram substancialmente superiores conforme mostra o **Quadro 5.3**.

Esperança de vida à nascença mais longa nas mulheres

No início dos anos noventa, em cada ano e em todas as idades consideradas, as mulheres tinham uma esperança de vida mais longa que os homens e viviam em média mais anos.

Comparando 1990/91 e 1998/99, verificou-se que a esperança de vida à nascença tem vindo a aumentar para ambos os sexos, tendo-se mantido o diferencial entre as idades. Em 1990/91, a esperança de vida feminina à nascença era de 77,5 anos passando para 78,9 anos em 1998/99 – para os homens foi de 70,5 e de 71,8 anos, respectivamente (**Gráfico 5.1**).

Gráfico 5.1 – Esperança de vida à nascença Portugal (1990-1999)



Fonte: INE, GEC/Seds

No mesmo período, a esperança de vida das mulheres com 65 e mais anos foi estimada em 17,8 anos, enquanto a dos homens com as mesmas idades foi estimada em 14,3 anos, resultando num diferencial de cerca de 3,5 anos.

6. Vitimação e Criminalidade

Quando se analisam os números de vítimas, condenados ou reclusos, os valores absolutos são invariavelmente superiores entre os homens.

As mulheres cometem tradicionalmente menos crimes que os homens, reflectindo-se em proporções de condenados e reclusos bastante mais baixas; por outro lado, quando contabilizados todos os tipos de crime, também os homens são vitimados com maior frequência que as mulheres.

Vítimas do sexo feminino aumentam 30,5% entre 1993 e 1999

A análise das estatísticas criminais do Ministério da Justiça no período de 1993 a 1999, permite concluir uma aproximação do peso relativo do número de vítimas entre os dois sexos: durante aquele período, o número de vítimas do sexo masculino diminuiu 16,0% enquanto que o do sexo feminino aumentou 30,5%. As vitimações femininas representavam, em 1993, 24,5% do total, passando esta proporção para 33,5% em 1999. O número total de vítimas baixou de 38 957 em 1993 para 37 171 em 1999.

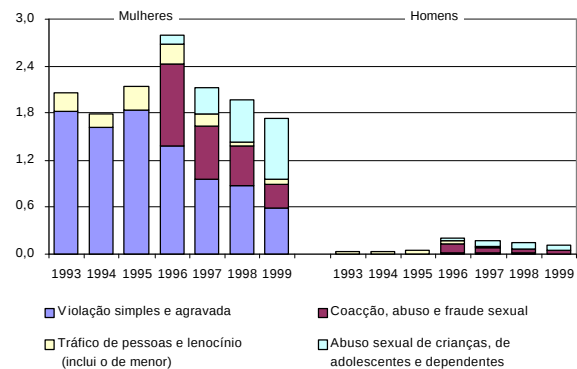
Os *crimes contra as pessoas* foram os que vitimaram mais mulheres e homens, embora com proporções diferentes: nas mulheres, as vitimações aumentaram de 48,0% em 1993 para 70,9% em 1999, e nos

homens de 29,4% para 53,9%, respectivamente. Estes crimes incluem desde *homicídios* a *ofensas à integridade física* e, a partir 1996, os de carácter sexual.

Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual têm decrescido desde 1995, em valores absolutos e relativos, proporcionalmente ao total de vitimações (**Gráfico 6.1**). Consequentemente, a percentagem de mulheres vítimas de *violações simples e agravadas* que era de 1,8% em 1993, desce para 0,6% em 1999. Em termos absolutos, o valor mais elevado foi registado em 1994 (197 vítimas do sexo feminino) baixando para 73 em 1999.

Os crimes de *coacção, abuso e fraude sexual* e os de *abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes* só foram tipificados com a revisão de 1995 do Código Penal. Assim, entre as vítimas do sexo feminino, enquanto o primeiro tem vindo a diminuir de importância (de 1,0% em 1996 para 0,3% em 1999), o segundo tem aumentado (0,1% para 0,8%, no mesmo período). A proporção destes crimes no total de vítimas do sexo masculino tem pouca expressão.

Gráfico 6.1 – Evolução de vítimas por alguns crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (%) Portugal (1993-1999)



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça 1993-1999

Do total das queixas recepcionadas pela APAV durante o ano de 1999, cerca de 84,3% eram de mulheres e 70,2% diziam respeito a crimes categorizados como violência doméstica. Destes, 46,8% respeitavam a maus tratos por parte de cônjuge ou companheiro.

Crimes relativos a estupefacientes na origem da maior parte das condenações e prisões femininas

A análise às condenações por tipo de crime e segundo o sexo permite concluir que os homens e as mulheres cometem crimes de natureza distinta. Entre 1995 e 1999 os crimes previstos em legislação penal avulsa são os que ocupam a primeira posição nas condenações de mulheres, seguidos dos crimes contra as pessoas desde 1996. As condenações incluídas na primeira categoria respeitam sobretudo à emissão de cheques sem cobertura ou provisão e aos crimes relativos a estupefacientes; nos crimes contra as pessoas são os que se referem à integridade física os mais frequentes.

Relativamente aos homens, o maior número de condenações durante o período 1996-1999, refere-se aos crimes contra a vida em sociedade, os quais quase exclusivamente por condução de veículo em estado de embriaguez, representando mais de um quarto do total de condenações.

As mulheres constituíram ao longo da década de 90 uma pequena minoria no número de reclusos, nunca ultrapassando os 10%. Os anos em que se contabilizou um maior número de reclusos, nomeadamente 1997 e 1998, com valores a oscilarem entre os 14 700 e os 14 929 no total, foram acompanhados por um aumento proporcional de reclusas.

Os crimes relativos a estupefacientes, com destaque para o tráfico, foram os que mais aumentaram entre os reclusos, homens e mulheres, entre 1994 e 1999. Assim, naquele período os reclusos do sexo masculino por este tipo de crimes tiveram um acréscimo global de 95,6% e, em particular, por tráfico de 109,9%. Da mesma forma e no mesmo período, as mulheres reclusas aumentaram em 122,3% por crimes relativos a estupefacientes e 129,4% por tráfico.

7. Pobreza, Exclusão Social e Condições de Vida

A pobreza, tal como a exclusão social, são fenómenos complexos e pluridimensionais, e, consequentemente, de difícil identificação e medição, quer pela insuficiência das fontes de informação, quer pela dificuldade de conceptualização. Nas linhas seguintes far-se-á referência a um conjunto de indicadores, em larga medida enquadrados nas recomendações fornecidas pelo EUROSTAT, adequados à informação presente no Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 1989/90 e de 1994/95⁶. Para indicadores adicionais bem como para obter informação detalhada sobre a metodologia utilizada, remete-se para a publicação que este destaque vem promover, a editar brevemente pelo INE.

Tendo em conta os estudos já efectuados nesta área, é dado adquirido que, numa perspectiva de género, a pobreza afecta sobretudo as mulheres. Para este facto contribui uma tradição histórica de discriminação com base no sexo que se estende a âmbitos de mais recente intervenção activa da mulher como sejam o mercado de trabalho. Ainda neste contexto destacam-se situações que provocam uma maior vulnerabilidade à pobreza, como é o caso das idosas a viver sós que agregam, geralmente, situações de fracos recursos económicos, devido à ausência de contribuições para o regime de segurança social e sentimentos de solidão e abandono, atribuídos ao isolamento familiar ou social⁷.

Com o objectivo de avançar no sentido de uma análise multidimensional da pobreza que demonstre as principais diferenças entre os dois sexos, foram calculados três índices: o *Índice de Pobreza segundo o Rendimento* (IPR), o *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida* (IPCV), e, ainda, um terceiro designado de *Índice de Pobreza Múltipla* (IPM) que resulta da incidência simultânea de pobreza identificada pelos dois índices anteriores.

Aumento da pobreza entre os homens aproxima-os dos valores relativos das mulheres

O *Índice de Pobreza segundo o Rendimento* (IPR) difere ligeiramente do geralmente utilizado Índice de Pobreza Monetário, por incorporar rendimentos não monetários no conceito de Receita Líquida Total⁸ sobre o qual se identifica a linha de pobreza. A linha de pobreza é traçada, de acordo com o estabelecido pelo EUROSTAT, nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por *adulto equivalente*⁹ tendo sido aplicada à informação relativa a indivíduos¹⁰.

Em 1989/90, 17,7% dos indivíduos registaram rendimentos inferiores aos da linha de pobreza tendo a percentagem aumentado ligeiramente para 18,2 em 1994/95. Analisando por sexo, verifica-se que em termos relativos (e absolutos) ambos os IOF identificaram claramente uma maior percentagem de mulheres pobres segundo o rendimento. No entanto, destaca-se que tanto em 1989/90 como em 1994/95 a percentagem foi idêntica: 19,2%, traduzindo-se num ligeiro aumento, apenas distinguível na casa das centésimas. Entre os homens registou-se um acréscimo mais expressivo da percentagem de pobres tendo passado dos 16,1% para os 17,1% entre os dois IOF. Daqui se conclui que diminuiu o fosso quanto à prevalência da pobreza que separa os indivíduos de diferente sexo, não por uma redução da incidência da pobreza segundo o rendimento entre as mulheres, mas por um agravamento desta entre os homens (**Quadro 7.1**).

⁶ Aguarda-se a breve trecho a disponibilização pelo EUROSTAT das bases de dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia de 1994 a 2000 que permitirão maior ambição, particularmente num estudo longitudinal do fenómeno da pobreza e exclusão social.

⁷ A análise deste grupo particular – idosos a viver sós – será prosseguida na publicação.

⁸ Por receita líquida total entende-se o conjunto de ordenados e salários, rendimentos do trabalho por conta própria, rendimentos privados excluindo os do trabalho, pensões, outras transferências sociais, e rendimentos não monetários, tais como, salários em natureza, autoconsumo/autoabastecimento, autolocação e outras transferências não monetárias, livres de encargos.

⁹ Utilizou-se a escala modificada da OCDE onde o primeiro adulto tem ponderação de 1, os restantes de 0,5 e as crianças com menos de 14 anos de 0,3; a receita líquida total encontra-se em preços correntes.

¹⁰ E não a agregados como se fez em anteriores trabalhos do INE. A alteração prende-se com a análise ser feita segundo o género e com recomendações mais recentes do EUROSTAT.

Quadro 7.1 - Índices de Pobreza (%)
Portugal (1989/90 e 1994/95)

Indivíduos	Total			Homens			Mulheres		
	Ano de referência	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95
Índice de Pobreza segundo o Rendimento (60% da mediana do rendimento líquido total por adulto equivalente)									
Não Pobre		82,3	81,2	-1,3	83,9	82,9	-1,3	80,8	80,8
Pobre		17,7	18,2	2,8	16,1	17,1	6,6	19,2	19,2
Total		100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0
Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida									
Não Pobre		82,2	81,7	-0,6	82,9	82,1	-0,9	81,6	81,4
Pobre		17,8	18,3	2,7	17,1	17,9	4,5	18,4	18,6
Total		100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0
Índice de Pobreza Múltipla									
Não Pobre		91,5	90,3	-1,3	92,4	90,9	-1,6	90,6	89,8
Pobre		8,5	9,7	13,6	7,6	9,1	20,0	9,4	10,2
Total		100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

O Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e de meios de transporte, sendo um indivíduo tanto mais pobre quanto maior a

acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Tendo em atenção a distribuição dos indivíduos de acordo com o grau de privação, estabeleceu-se um limiar de pobreza que classificasse como pobres uma percentagem de indivíduos semelhante à indicada no IPR, partindo-se posteriormente para a respectiva caracterização dos indivíduos seleccionados.

Para estabelecer o limiar de pobreza segundo as condições de vida impôs-se, como se disse, uma percentagem global próxima dos valores apurados para o IPR. Contudo, a incidência deste tipo de pobreza segundo o género é independente desta imposição dado que resulta da distribuição dos indivíduos por grau de privação. Também para o IPCV as mulheres se destacam por uma maior sujeição à pobreza, embora o desfaseamento entre sexos não seja tão notório quanto em relação ao rendimento. Entre os dois IOF, a percentagem de mulheres pobres segundo o IPCV aumentou de 18,4 para 18,6. Entre os homens, a evolução teve o mesmo sentido mas foi mais acentuada (de 17,1% para 17,9%), confirmando-se uma aproximação crescente dos níveis de incidência de pobreza segundo o sexo que se havia identificado pela análise segundo o IPR.

Outra conclusão que se pode retirar da análise comparativa dos dois IOF é que a proporção de indivíduos que acumulam ambos os tipos de pobreza anteriormente referidos (IPM) aumentou e a um ritmo particularmente significativo entre os homens. Em 1989/90, cerca de 48% dos indivíduos que haviam sido classificados como pobres segundo o rendimento também o foram segundo as condições de vida (8,5% da população total acumulavam os dois tipos de pobreza). Volvidos 5 anos, um pouco mais de 53% dos pobres segundo o rendimento também o eram segundo as condições de vida (9,7% da população total).

Em 1989/90 existiam 7,6% de homens pobres segundo o IPM contra 9,4% de mulheres o que perfaz uma diferença de 1,8 pontos percentuais, diferença essa que se reduziu para 1,1 pontos percentuais em 1994/95 com 9,1% de homens pobres segundo o IPM contra 10,2% do total de mulheres. Mais uma vez se verifica que, à partida, existe uma maior incidência da pobreza, neste caso múltipla, entre as mulheres que entre os homens, sucedendo que entre o início da década de 90 e meados da mesma se esbateram as diferenças entre os sexos. Sublinhe-se que a taxa de variação do IPM entre as mulheres foi de 8,9% entre 1989/90 e 1994/95, tendo atingido mais do dobro (20,0%) entre os homens.

Taxa de pobreza aumenta particularmente entre os homens jovens

Numa perspectiva de incidência de pobreza em cada grupo etário e em cada sexo, calcularam-se os três índices acima mencionados. De destacar um agravamento dos índices de pobreza em ambos os sexos entre as crianças (indivíduos com menos de 15 anos). Sublinhe-se ainda que o aumento das taxas de pobreza neste grupo etário foi mais acentuado entre os homens – a título de exemplo, refira-se que o IPM nestes indivíduos passou de 7,8% em 1989/90 para 10,9% em 1994/95.

Na população com 65 e mais anos a pobreza segundo as condições de vida aumentou 12,7% entre os homens e 9,7% entre as mulheres no período em estudo. Em sentido inverso, verifica-se uma redução da pobreza segundo o rendimento também em ambos os sexos (-9,6% entre os homens e -16,0% entre as mulheres).

Na publicação a editar brevemente pelo INE sobre questões de género, proceder-se-á à caracterização dos grupos identificados e apresentar-se-ão análises alternativas para esta questão, com o objectivo de lançar hipóteses explicativas para alguns dos factos acima identificados.